

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

A PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS: PERSPECTIVAS EMERGENTES

Tuany Inoue Pontalti Ramos

Tuany.ramos@uems.br

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – Campo Grande/MS

Eixo 3 – Formação de Professores

RESUMO: o presente artigo é fruto dos estudos realizados na disciplina de Educação Brasileira Contemporânea, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado e Doutorado – PPGE/Universidade Católica Dom Bosco. Objetivamos traçar um paralelo entre as teorias discutidas e o foco de trabalho da tese da autora que visa analisar a participação das crianças no cotidiano das instituições de educação infantil. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica, por se tratar de uma análise sobre os textos utilizados na disciplina em questão. Acreditamos que com os textos trabalhados na disciplina encontramos um eixo norteador para uma possível construção histórica sobre o prisma da participação das crianças nos processos de construção do conhecimento e aprendizagem. Consideramos que para chegar a cidadania plena, rompimento de controles, diálogos e respeito às diferenças culturais, precisamos abdicar das práticas que nos constituíram educadores e iniciar urgentemente ações de mudanças que valorizem o contexto das crianças e suas culturas.

Palavras-chave: Participação das crianças. Mecanismos de controle. Cotidiano.

1 INICIANDO AS DISCUSSÕES

Buscamos com o presente artigo discutir os processos da participação democrática dos educandos, sobretudo das crianças, evidenciado a construção do conhecimento e aprendizagem com base nos autores abordados nas aulas. Objetivamos traçar um paralelo entre as teorias discutidas e o foco de trabalho da tese da autora que visa analisar a participação das crianças no cotidiano das instituições de educação infantil. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica, por se tratar de uma análise sobre os textos utilizados na disciplina em questão. Acreditamos que com os textos trabalhados na disciplina encontramos um eixo norteador para uma possível construção histórica sobre o prisma da participação das crianças.

Iniciando as discussões chamamos a atenção para a tomada de consciência política da população no século XX e que se estendeu para o século XXI, que dizem respeito às

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

interrogações que são feitas sobre diversos temas, considerando todos como sujeitos de direitos. Com base em Arroyo (2012, p. 9):

A tomada de consciência dessas populações mantidas por séculos sem direito a ter direitos ao teto, a terra a saúde à escola, a igualdade, e a cidadania plena se fazem presentes em ações e movimentos, em presenças incômodas que interrogam o Estado, suas políticas, agrária, urbana, educacional. Interrogam a docência, o pensamento pedagógico, as práticas de ação popular e escolar.

Destacamos que o autor utiliza o termo cidadania plena, envolvendo os processos de participação da sociedade nas diferentes esferas sociais, partindo do ponto que todos somos sujeitos de direitos e que também estão ligados a proteção, provisão e participação. Percebemos que o caminho para a consolidação dos direitos são as lutas, os movimentos, a busca por melhorias parte do pressuposto de manter uma prática de debate por diferentes meios, sejam com divulgação de pesquisas, palestras, entre outros. Neste sentido, julgamos necessária a discussão sobre a participação democrática dos educandos nos processos de aprendizagens, mas antes precisamos colocar em pauta o diálogo vertical e o controle sobre tal participação, sobretudo no âmbito da escola. Gallo (2000) descreve que:

[...] a educação sempre esteve também permeada pelos mecanismos de controle. E a disciplinarização possibilita esse controle sobre o aprendizado (o quê, quando, quanto e como o aluno aprende) e também um controle sobre o próprio aluno. A disciplina também está relacionada ao comportamento, não- apenas, à aprendizagem. Disciplinar o aluno é também fazer com que ele perceba seu lugar social. (Gallo, 2000, p. 4).

Os mecanismos de controle sempre estiveram presentes nos espaços educativos, ligado a hierarquização do poder que os adultos buscam exercer sobre crianças, adolescentes, educandos em geral. Numa equivocada tentativa de manter a disciplina, os professores em determinadas situações tendem a usar do autoritarismo para manter o controle. Um diálogo numa perspectiva horizontal se faz necessário, para romper com as barreiras da participação e passar a assumir uma postura que se consolida no respeito à autoridade docente frente ao equilíbrio entre o limite cuidadoso, acolhedor e sobretudo seguro para a expressão dos diferentes posicionamentos.

Para que se tenha a participação dos estudantes dentre das escolas, é preciso levar em consideração a formação inicial dos professores, bem como a identidade profissional que é constituída a partir de experiências dentro e fora das universidades nos cursos de licenciatura. Candau (2014) descreve que:

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

[...] as respostas já definidas e experimentadas não dão conta de oferecer referentes mobilizadores de saberes, valores e práticas educativas que estimulem a construção de subjetividades e identidades capazes de assumir a complexidade das sociedades multiculturais e desiguais em que vivemos. (Candau, 2014, p. 34).

Neste sentido, é necessária uma reconfiguração da formação dos professores, pensar na atuação dos professores formadores, na matriz curricular dos cursos, sobretudo dos diferentes aspectos que competem a vivência na escola. De acordo com Oliveira e Bueno (2013):

[...] os cursos de licenciatura não considerarem devidamente a capacidade de reflexão e as experiências dos alunos, o domínio das competências por todos os formadores de professores e a organização das situações de aprendizagem pelos mesmos princípios que regem a organização da educação básica [...] (Oliveira e Bueno, 2013, p.888).

Precisamos refletir sobre o que as pesquisas estão nos mostrando e segundo os autores as demandas para a reinvenção da formação docente é emergencial, pois uma formação que não é pautada na participação ativa e democrática de acadêmicos, dificilmente será posta em prática no cotidiano da escola com os estudantes, quando iniciarem à docência.

No item a seguir vamos discutir a concepção de escola, bem como a concepção de sujeitos de direitos.

1.1 OLHARES SOBRE A ESCOLA

Colocamos em pauta a concepção de escola que para Candau (2014):

[...] a escola é concebida como um centro cultural em que diferentes linguagens e produtos culturais estão presentes, de uma maneira direta ou indireta. Não se trata simplesmente de introduzir na escola as novas tecnologias de informação e comunicação e sim de dialogar com os processos de mudança cultural, presentes em toda a população, tendo no entanto maior incidência entre os jovens e as crianças, configurando suas identidades[...]. (Candau, 2014, p.40).

Se acreditamos que a escola é um espaço onde encontramos a manifestação de diferentes culturas e múltiplas linguagens, precisamos enquanto educadores, partilhar de uma escuta que seja capaz de captar essas múltiplas vozes de modo efetivo, possibilitando a construção de identidade das crianças e dos jovens. Para Candau (2014):

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

Os educadores estão imersos nesta mutação, o que supõe não somente promover a análise das diferentes linguagens e produtos culturais, mas também favorecer experiências de produção cultural e de ampliação do horizonte cultural dos alunos e alunas, aproveitando os recursos disponíveis na comunidade escolar e na sociedade. (Candau, 2014, p.40).

Partindo do pressuposto que utilizamos no cotidiano os múltiplos instrumentos que dialogam com a forma de manifestação dos educandos, precisamos ampliar esse repertório cultural. Candau (2014) descreve que os:

[...] professores como agentes socioculturais, profissionais que exercem uma função mobilizadora do crescimento pessoal e social desafiam seus alunos a ampliar horizontes e experiências, a dialogar com diversos conhecimentos e sentidos, a desenvolver valores e práticas sociais, a reconhecer os diferentes atores presentes no seu dia a dia, a valorizar as diferenças combatendo toda forma de preconceito e discriminação, assim como a construir vínculos interpessoais significativos com diferentes atores. (Candau, 2014, p.41).

Parte do trabalho docente é incentivar a homologia dos processos de investigações e pesquisas nos educandos, preservando os valores sociais nas experiências cotidianas para que o respeito às diferenças nos diversos aspectos esteja presente.

Descolonizar a história e o poder significa desconstruir a “cultura do silêncio” e da impunidade presentes na maioria dos nossos países sul-americanos e caribenhos, formando para a mudança, a participação, a transformação, construção da sociedade verdadeiramente democráticas, humanas, justas e solidárias. [...] (Candau, 2016, p. 198).

No processo de desenvolvimento e aprendizagem dos educandos é necessário romper com o silenciamento deles e direcionar a formação para uma pedagogia participativa, em que a participação democrática seja efetivada na prática. Para elucidar a discussão, Cury (2002) destaca que: “[...] Os cidadãos querem mais do que serem executores de políticas, querem ser ouvidos e ter presença em arenas públicas de elaboração e nos momentos de tomadas de decisões. Trata-se de democratizar a própria democracia.” (Cury, 2002, p. 172).

Neste sentido, defendemos que toda a população, em específico os educandos, jovens e crianças, atuem democraticamente nas esferas sociais e políticas, com oportunidades de participação iguais a quaisquer pessoas. Partindo dessa premissa, temos os desafios que são encontrados nesse processo de participação democrática, tal como descreve Cury (2002):

Nascem daí os desafios, nascem daí as perspectivas de uma democratização da escola brasileira, seja como desconstrução de desigualdades, de discriminação, de

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

posturas autoritárias, seja como construção de um espaço de criação de igualdade de oportunidades e de tratamento igualitário de cidadãos entre si. (Cury, 2002, p. 173).

Para inaugurar uma nova visão, pautada no respeito e na preservação dos direitos precisamos desconstruir conceitos formatados e definidos como únicos que são aceitos, portanto, reiteramos a necessidade de trabalhar com perspectivas que valorizam os direitos, as oportunidades de escolha, partilha, bem como a igualdade de participação. Nesta perspectiva, abordaremos no item a seguir as mudanças que julgamos necessárias, pautando as discussões nos autores de referência sobre o tema em questão.

2 RESSIGNIFICANDO O COTIDIANO: TRANSFORMAÇÕES NECESSÁRIAS

Destacamos a importância de trazer para o debate os aspectos que configuram a interculturalidade, pois reconhecemos a interdependência entre as mais diversas culturas, bem como a valorização das diferenças culturais, que deve ser considerada para um diálogo respeitoso, num viés horizontal e “[...] isso implica considerar que não existe mais um centro, dominador, superior e organizador [...]” (Sacavino, 2016, p. 191).

Assim, torna-se imprescindível descolonizar o conhecimento que tem sido disseminado dentro das escolas que “[...] se institui como um princípio que orienta pensamentos, ações e novos enfoques epistêmicos [...]” (Sacavino, 2016, p. 193).

Precisamos refletir sobre a escuta das diferentes vozes, de forma que possam ser respeitadas em suas falas, para que sintam liberdade em compartilhar o que sabem, a cultura que vivenciam e o modo como a ressignificam, bem como os mais variados assuntos que possam surgir dentro do cotidiano escolar. Os estudantes, sobretudo as crianças, precisam se sentir seguras ao compartilhar algo sobre suas vivências.

Tal como descreve Sacavino (2016, p.201) “a interculturalidade crítica é uma proposta de relação e transformação juntos, de articulação das diferenças, de ruptura das relações verticais e construção das relações mais equitativas, igualitárias e horizontais”.

Nesta perspectiva, ao discorrer sobre a ruptura das relações verticais, colocamos em pauta a participação das crianças no item a seguir e discutimos o conceito de participação das crianças, buscando traçar um paralelo entre o que abordamos até aqui com os estudos da tese em construção.

2.1 A PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS EM DEBATE

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

A participação das crianças está diretamente ligada às tomadas de decisões, no processo de negociação entre as crianças e os adultos como um processo de trocas em que todos ocupam a mesma posição, sem hierarquização, porém “[...] participação não significa fazer tudo, não significa que os adultos simplesmente rendam-se a todas as decisões das crianças! Trata-se, sim, de um processo de negociação e de relações mais horizontais e simétricas entre adultos e crianças” (Tomás, 2007, p.54).

Ao assumirmos as crianças como atores sociais consideramos “a questão da participação das crianças como central na definição de um estatuto social da infância e na caracterização do seu campo científico” (Sarmiento; Fernandes e Tomás, 2005, s/p).

O reconhecimento da criança enquanto participante e não objeto de estudo são aspectos que interferem no conceito de participação das crianças nas pesquisas, pois envolve está atrelado ao entendimento do construto teórico sobre a pesquisa com as crianças e a pesquisa sobre as crianças. Para Alderson (2005):

A participação das crianças envolve uma mudança na ênfase dos métodos e assuntos de pesquisa. Reconhecer as crianças como sujeitos em vez de objetos de pesquisa acarreta aceitar que elas podem “falar” em seu próprio direito e relatar visões e experiências válidas (Alderson, 2005, p. 423).

Nesta perspectiva, precisamos considerar as diversas possibilidades de participação das crianças nas esferas sociais, que não sejam apenas nas instituições educativas. De acordo com Tomás (2007):

É importante, por consequência, avaliar o sentido e as possibilidades da participação das crianças na vida social. Por ela passa não apenas a visibilização das crianças como destinatários das políticas públicas, mas a sua assunção plena como sujeitos políticos peculiares (Sarmiento; Fernandes e Tomás, 2007, p. 190).

Precisamos considerar de modo efetivo a autonomia de ação e interação que as crianças possuem e desmistificar as relações de poder que são adotadas no cotidiano das instituições educativas, bem como nas pesquisas desenvolvidas com as crianças, considerando as crianças como objetos de estudos e não participantes.

Sob esta ótica, assumimos uma postura de educadores que escutam as vozes das nossas crianças, que possibilitam a participação ativa e democrática das crianças em diferentes momentos no desenvolvimento das experiências de aprendizagens que são

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

ofertadas às crianças, mas precisamos levar esse posicionamento para fora dos muros das instituições educativas.

BUSCANDO CAMINHOS PARA CONCLUIR

Consideramos com base nas discussões que foram traçadas os aspectos introdutórios e que são necessárias pesquisas que abordem o tema para que possibilite cada vez mais a compreensão dos educadores, sobretudo que seja efetivado na homologia dos processos cotidianos. Podemos destacar alguns aspectos conclusivos com base nas discussões que foram expostas:

- A. Primeiro ponto a considerar são os mecanismos de controle que são marcas da formação dos estudantes, sobretudo da formação de professores. Para promover uma vivência participativa no contexto escolar, precisamos partilhar de um diálogo horizontal e romper com as relações de poder.
- B. Segundo ponto em evidência é a necessidade de reinventar a formação dos professores, partilhando de um desenvolvimento profissional docente que atue democraticamente com base no respeito aos direitos.
- C. Terceiro ponto é a concepção de escola que temos para favorecer a manifestação das múltiplas culturas e ampliar as experiências das nossas crianças.
- D. Assumir a participação das crianças, perpassa pela concepção de sujeitos de direitos e atores sociais. Logo, as crianças podem participar nos mais diversos processos das instituições educativas, bem como no planejamento das propostas, documentações, registros, documentos, recursos e outros, sobretudo fora das instituições, considerando a faixa etária.

Consideramos que para chegar a cidadania plena, rompimento de controles, diálogos e respeito às diferenças culturais, precisamos abdicar das práticas que nos constituíram educadores e iniciar urgentemente ações de mudanças que valorizem o contexto das crianças e suas culturas.

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

REFERÊNCIAS

ALDERSON, P. As crianças como pesquisadoras: os efeitos dos direitos de participação sobre a metodologia de pesquisa. *Educação e Sociedade*. v.26, n. 91, p. 419-441, Maio-Ago, 2005.

ARROYO, Miguel G. *Outros sujeitos, outras pedagogias*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Ser professor/a hoje: novos confrontos entresaberes, culturas e práticas. *Educação* (Porto Alegre, impresso), v. 37, n. 1, p. 33-41, jan./abr. 2014.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Gestão democrática da educação: exigências e desafios. *RBPAE*, v.18, n.2, jul./dez. 2002.

GALLO, Silvio. Transversalidade e educação: pensando uma educação não-disciplinar. In: ALVES, Nilda; GARCIA, Regina Leite (orgs.) *O sentido da escola*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

OLIVEIRA, Adolfo Samuel de; BUENO, Belmira Oliveira. Formação às avessas: problematizando a *simetria invertida* na educação continuada de professores. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 39, n. 4, p. 875-890, out./dez. 2013.

SACAVINO, Susana Beatriz. Educação descolonizadora e interculturalidade: notas para educadoras e educadores. In: CANDAU, Vera Maria. *Interculturalizar, descolonizar, democratizar: uma educação outra*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2016.

SARMENTO, M. J.; FERNANDES, N.; TOMÁS, C. Políticas públicas e participação infantil. *Educação, Sociedade e Culturas*. n.25, p.183-206, 2007.

TOMÁS, C. Participação não tem idade. Participação de crianças e cidadania da infância. *Contexto e Educação*. Ano. 22, n. 78, p. 45-68, jul-dez, 2007.